

EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO INTERSETORIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Ana Pereira Santos¹
Viviane Coelho Moreira²
Kate Aparecida Rocha Lacerda³
Isabella Vitral Pinto⁴
Paula Dias Bevilacqua⁵

Resumo

O texto narra a experiência de militância e trabalho de uma rede estadual de enfrentamento da violência contra as mulheres, além dos procedimentos tomados para o acolhimento inicial de um caso atendido em um serviço especializado que integra a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Mesmo no contexto de crise sanitária, política, social e econômica, a rede reagiu de forma criativa, produzindo coesão, ações estratégicas e mobilização em torno da violência; aspectos semelhantes requeridos para o atendimento do caso pela equipe interdisciplinar. Ao apresentar essas experiências procuramos apontar alguns desafios para o trabalho em rede, na tentativa de contribuir para o aprimoramento das práticas coletivas que visam a garantia dos direitos das mulheres.

Palavras-Chave: intersectorialidade, trabalho em rede, violência baseada em gênero

Abstract:

The narrative is about the experience of militancy and labour of a state network to address violence against women and the procedures for the initial assistance of a case in a specialized service that is part of the service network for women in situations of violence during the COVID-19 pandemic in Brazil. Even in the actual political, health, social and economic crisis context, the group reacted creatively, producing cohesion, strategic actions and mobilization concerning violence; similar aspects required to handle the case by the interdisciplinary team. By presenting these experiences, we seek to point out some challenges for networking, to contribute to the improvement of collective practices to guarantee women's rights.

Keywords: intersectionality, networking, gender-based violence.

¹ Pós-doutoranda - Instituto René Rachou/Fiocruz Minas. Psicóloga - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas. Mestre em Educação - Universidade Federal de Viçosa/UFV. Doutora em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas.

² Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Assistente Social - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas.

³ Assessora Técnica - Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/Prefeitura de Belo Horizonte. Bolsista de Apoio Técnico - Instituto René Rachou/Fiocruz Minas. Assistente Social - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas. Especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

⁴ Tecnologista - Instituto René Rachou/Fiocruz Minas. Farmacêutica - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Mestre em Saúde Pública - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

⁵ Especialista em Ciência e Tecnologia, Inovação e Produção em Saúde Pública - Instituto René Rachou/ Fiocruz Minas. Médica Veterinária - Universidade Federal de Viçosa/UFV. Mestre em Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Doutora em Ciência Animal - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Quem somos nós

Somos mulheres, pesquisadoras, militantes feministas, do movimento negro e outros tantos, algumas mães, outras não. Nos encontramos no contexto de realização de uma pesquisa de caráter feminista e participativa que pretendia conhecer as redes de enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais. Envolvidas com a temática da violência de gênero há alguns anos e querendo compreender como as redes se mantinham apesar de todos os desafios políticos que as políticas públicas têm vivido nos últimos anos no Brasil, em especial, aquelas de defesa dos direitos humanos, queríamos saber, no âmbito da pesquisa “Redes de Enfrentamento da violência contra as mulheres no Estado de Minas Gerais: pesquisa avaliativa em diferentes contextos municipais e regionais”, realizada pela Fiocruz Minas e financiada pelo Programa Inova / Fiocruz, se essas redes existiam, como faziam para se tornar atuantes e quais as forças que agiam dentro desses coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que têm como desafio o trabalho intersetorial.

No percurso que envolve a construção de uma pesquisa qualitativa, seu arcabouço metodológico e o trânsito pelo campo, nos conhecemos. Enquanto Ana, Isabella e Paula eram pesquisadoras da Fiocruz Minas, Kate e Viviane estavam, respectivamente, como Gerente do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM Benvinda) e Diretora de Políticas para as Mulheres, ambas inseridas na Prefeitura de Belo Horizonte - MG. Experimentamos juntas, em um determinado período da pesquisa, a convivência no cotidiano da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Minas Gerais (Rede MG), seja no lugar de pesquisadoras, fazendo observação participante nos encontros mensais do coletivo, ou como gestoras públicas vinculadas à prefeitura e às políticas de atendimento às mulheres.

A motivação para escrever este artigo é a mesma que determinou nossas escolhas metodológicas na realização da pesquisa e que fez com que nos encontrássemos: a tentativa de tornar o trabalho de pesquisar uma prática social em diálogo com tantos outros saberes, inclusive aqueles produzidos na operacionalização das políticas públicas, no cotidiano dos serviços. Pretendíamos, assim, construir um saber-fazer alicerçado na urgência do cotidiano, considerando os entraves políticos que atravessam a promoção de políticas públicas e nos processos de produções de subjetividades das/os trabalhadoras/es e do público que está ali envolvido. Com isso, esperamos prevenir o risco de ocupar o

lugar de “especialista”, ignorando saberes da experiência que são tão caros às políticas sociais e não menos à perspectiva de democratização do campo científico.

Esse texto pretende ser um reflexo desse encontro. Produzido a dez mãos, tentaremos narrar duas experiências significativas: a de um grupo de mulheres, trabalhadoras e militantes integrantes da Rede MG, e o trabalho que desenvolveram na pandemia de Covid-19, mantendo viva a agenda de enfrentamento da violência contra as mulheres em Belo Horizonte e em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do interior de Minas Gerais. Além disso, apresentamos um caso atendido no CEAM Benvinda para elucidar o desafio do trabalho em rede e como ele pode ser construído, ainda que artesanalmente e sem metodologias estabelecidas, em momentos tão desafiadores como o da pandemia que estamos vivendo. O conjunto do texto se caracteriza como um relato de experiência.

Adicionalmente, gostaríamos, ainda, de problematizar a presença dos movimentos feministas como propulsores de políticas públicas para mulheres. A princípio, parece óbvio o fato de movimentos que defendem direitos específicos para mulheres participarem ativamente da agenda pública com esta temática, no entanto, a história de constituição das políticas públicas para mulheres no Brasil aponta que essa não é uma parceria tão presente como deveria ser. Vale lembrar da constituição das delegacias especializadas de atendimento às mulheres, ainda na década de 1980, quando a representação da “mulher de família” confrontava a premissa, recentemente trazida pelos movimentos feministas, de que as mulheres possuem direitos próprios e liberdade de escolha, impedindo que a categoria gênero fosse operada nos atendimentos policiais (PASINATO, 2012). Ou, ainda, a disputa que ainda assistimos hoje e que vincula, em muitos municípios mineiros, as políticas especializadas para mulheres em situação de violência à Assistência Social, quando deveríamos tratar essa temática de forma articulada às pautas dos Direitos Humanos e, definitivamente, afastada da ideia de familismo e maternidade.

A Rede MG: invenção e resistência

O enfrentamento da violência contra as mulheres se configura, historicamente, no Brasil, como uma das principais discussões protagonizadas pelos movimentos sociais eminentemente feministas, na perspectiva da garantia de direitos para as mulheres. Entre

as décadas de 1980 e 1990, o país se tornou signatário de vários acordos e normativas internacionais que impulsionaram a criação de dispositivos públicos do Sistema de Justiça, Sistema de Defesa e do Sistema de Garantia de Direitos específicos para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Posteriormente, a implementação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) se tornou o principal marco legal que contribuiu para o fortalecimento do Plano Nacional de Políticas Para Mulheres (BRASIL, 2005), seguido da elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres (BRASIL, 2011a) e da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as mulheres (BRASIL, 2011b), bem como de diversas normativas técnicas como a que orienta a conformação das redes de enfrentamento (BRASIL, 2011c). Esses documentos, e outros aqui não mencionados, edificaram a espinha dorsal da atuação das políticas públicas e nortearam a oferta coordenada e integrada de redes de serviços para desenvolvimento de ações de prevenção, enfrentamento, assistência e garantia de direitos, além de responsabilização dos autores da violência.

Nesse terreno fértil, nos anos subsequentes, foi fomentada, em diversos estados e municípios, a conformação de redes com arranjos híbridos – serviços especializados, instituições públicas, organizações do terceiro setor, redes de pesquisas acadêmicas, entre outras participações significativas. Nascida antes da Lei Maria da Penha, a Rede MG esteve como nosso campo de pesquisa nos últimos dois anos. Quando decidimos estudar redes, perguntávamos como poderíamos encontrá-las, já que apenas a existência dos serviços não garante, por si só, o trabalho intersetorial. Como propõem os documentos do governo federal, redes são concretizadas a partir do trabalho articulado, multiprofissional e continuado, dependente de encaminhamentos, acompanhamentos e diálogos entre trabalhadores disponíveis para colocar em discussão seus próprios saberes e acolher outros distintos da sua formação (BRASIL, 2011c).

Redes, portanto, não são sempre constituídas de forma institucionalizada, como preconizam as linhas duras dos documentos. As instituições, individualmente, mesmo que estabeleçam protocolos e outros recursos técnicos que definam a referência e contrarreferência dos casos, não conseguem, em todos os momentos, sustentar um trabalho em conjunto apenas levando em consideração as dimensões das normas e das regras. Redes relacionais e de trabalho são plenamente dependentes de disposição humana para o diálogo contínuo, investimento nas relações sociais e constituição de campos intersubjetivos de trocas discursivas, simbólicas e afetivas.

Nesse sentido, quando iniciamos a pesquisa, procuramos encontrar, de forma indutiva e sem modelos a priori, o que o campo de pesquisa nos mostraria como sendo uma rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Além das instituições que encontramos e que compõem há alguns anos os serviços especializados de atendimento, acessamos, através de observação participante, realização de grupos focais e entrevistas, diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores, militantes e usuárias, representantes de diferentes movimentos sociais, instituições e coletivos de mulheres que sustentavam “encontros da rede”, como diziam, e que podem ser considerados grupos muitas vezes autônomos, mantidos, em sua maioria, através do esforço de trabalhadoras e militantes da causa e sem nenhuma formalização. Em um município em específico, encontramos a rede instituída, a partir de um decreto, na organização administrativa da prefeitura; em outro município, encontramos uma rede que funcionava a partir do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Outras redes pesquisadas se mantinham mais “soltas” das exigências burocráticas. No entanto, compunham as respostas públicas de enfrentamento da violência sendo legitimadas entre os gestores e previstas nos diversos conjuntos de ações que constituíam as atividades do atendimento e enfrentamento nos municípios.

De todas as redes pesquisadas, a Rede MG é a mais antiga. Criada em 2006, em um contexto político que favorecia a institucionalização de políticas para mulheres em Belo Horizonte, teve apoio técnico da organização não-governamental ‘Agende’ por meio de um investimento que o governo federal fez para constituição e fortalecimento de redes de enfrentamento da violência contra as mulheres (LEOCÁDIO e LIBARDONI, 2006). Dessa forma, mantê-la ficou à cargo, num primeiro momento, da Coordenadoria de Políticas para Mulheres do município, mas logo os movimentos sociais, mandatos de deputadas federal e estadual, movimento feminista e outros atores e atrizes ocuparam a cena, fazendo o grupo ficar cada vez mais diversificado e representativo dos diversos setores da sociedade.

Embora tenha nascido a partir do esforço de trabalhadoras das políticas sociais de Belo Horizonte, a Rede MG nunca foi municipal. A presença de secretarias do governo estadual, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) confere um caráter mais abrangente à sua atuação, que ultrapassa os limites territoriais de Belo Horizonte, cidade onde ocorrem os encontros. A pretensão era, e ainda é, tornar a Rede MG uma referência para os municípios do interior e para a política de enfrentamento da violência contra as mulheres do estado; e fazer com que municípios do

interior e da RMBH estivessem presentes nas reuniões mensais. Poderiam, então, contribuir com estímulo e apoio técnico para que esses municípios constituíssem e mantivessem suas próprias redes.

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa de campo com a Rede MG, era impensável acreditar na possibilidade de que o grupo funcionaria de outra forma que não fosse através dos encontros presenciais. Isso porque, como têm nos mostrado os dados da pesquisa, muito da força que promove a coesão do coletivo e sustenta sua existência, mesmo em períodos tão adversos, vem dos afetos militantes. Principalmente a causa feminista, que é uma produtora de solidariedade orgânica e contínua. Era curioso, inclusive, como pedidos de auxílio em dinheiro e doações de roupas ou móveis para mulheres e trabalhadoras do sexo conviviam com temas duros como a avaliação do trabalho do judiciário, da polícia e as discussões sobre as normativas que embasam o enfrentamento da violência. Embora colaborativas e envolvidas com diversas ações, as mulheres do grupo se atêm, na maior parte do tempo, a um trabalho árduo junto às instituições para que a pauta da violência contra as mulheres seja mantida, os recursos aprimorados e o trabalho expandido. Se ocupam, sobretudo, da pauta política e de impedir o esquecimento e o aprimoramento dessa agenda nos programas de governo e junto às ações dos movimentos sociais.

Além de toda aprendizagem técnica, uma subjetividade política se apresenta nas mulheres que participam da Rede MG, fazendo com que assumam a pauta dos direitos constantemente alimentada nas agendas políticas dos partidos, movimentos sociais, dos mandatos coletivos (ou não) de mulheres, nos conselhos, entre outros espaços de construção coletiva. São mulheres e profissionais que aliam saber técnico e compromisso político, estabelecendo um espaço cuja construção dos saberes se dá através de uma educação popular costurada pela solidariedade, pela militância e expertise técnica.

Atualmente, compõe a Rede MG: Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (COMSIV), Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAOVD), , Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (NUDEM – BH), Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Belo Horizonte da Polícia Civil (DEAM), Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais (Cia PVD/PPMG), Organismos de Políticas para as Mulheres do governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte, serviços municipais

especializados de atendimento às mulheres, Comissão de Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e instituições da sociedade civil como conselhos municipal e estadual de direitos da mulher, sindicatos, rede feminista de saúde, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Mulher), grupos feministas partidários, instituições de ensino e pesquisa, dentre outros.

Em sua estrutura organizacional, orientada por uma Carta de Princípios construída pelo próprio grupo, há uma coordenação escolhida anualmente pelo coletivo de instituições participantes. Os protocolos de funcionamento da rede são construídos por comissões internas, compostas voluntariamente pelas integrantes para investir em determinado tema. As atuais comissões são: i) Protocolo; ii) Comunicação, mídia e eventos; iii) Formação; iv) Captação de Recursos e expansão de ações; v) Aprimoramento do sistema de justiça; e vi) Articulação política. As reuniões ordinárias são mensais e as extraordinárias são decididas coletivamente e a partir das demandas que surgem.

Desse modo, além de pautar as políticas públicas, a Rede MG proporciona um espaço misto e plural de diálogo que fortalece as bandeiras políticas levantadas pelos feminismos e relacionadas direta e indiretamente ao enfrentamento da violência contra as mulheres, como: as inequidades de gênero fundadas e retroalimentadas pelo sistema patriarcal, racista e misógino; a divisão sexual do trabalho; a perspectiva “familista”, que atribui uma responsabilidade desproporcional às mulheres em seus núcleos familiares de forma a subalternizá-las, privando-as de garantir seus direitos e reconhecer suas especificidades.

Na metodologia utilizada nos encontros na Rede MG, todas as representações têm direito à fala. Podem participar, inclusive, representações que ainda não se encontram formalmente cadastradas na Rede. Tal postura possibilita um diálogo horizontalizado e maior igualdade entre as participantes, contribuindo para quebrar, de certa forma, protocolos hierárquicos existentes nos espaços institucionais representados por várias das participantes. Essa ruptura meritocrática valida os diálogos e beneficia o engajamento das integrantes nas articulações conjuntas para além de seus pertencimentos e domínios de saber.

Dentre as atividades realizadas pela Rede MG de forma continuada, destacam-se: ações e campanhas que mobilizem e convoquem a sociedade para enfrentar coletivamente a violência contra as mulheres; reuniões com gestores públicos, vereadores e deputados para dialogar sobre a importância de adesão à pautas do enfrentamento da violência nas

respectivas plataformas políticas de atuação; apresentação e discussão da atuação dos dispositivos públicos especializados no enfrentamento; proposição de aprimoramentos ou melhorias dos processos de trabalho dos órgãos envolvidos; desenvolvimento de ações educativas para prevenção desse fenômeno; e discussão de situações emergenciais e complexas vivenciadas pelas mulheres em situação de violência.

A comunicação na Rede MG acontece, principalmente, a partir de reuniões mensais, mas também através do grupo de *WhatsApp*. No período pandêmico, a Rede se organizou rapidamente para realizar as reuniões de forma remota e, nelas, prevaleceu a pauta do atendimento das mulheres em situação de violência durante o período de distanciamento social e do fechamento dos serviços, conforme apresentado a seguir.

A resistência política da Rede MG no enfrentamento da violência contra as mulheres durante a pandemia de Covid-19

Com a necessidade da restrição da circulação das pessoas, imposta pelas medidas de controle da pandemia, foi preciso driblar a distância acessando os canais de comunicação disponíveis como recurso para os encontros. Como a Rede MG já era um grupo coeso e atuante, essa disposição se deslocou rapidamente para a realização das reuniões de forma remota e sem perda de quórum. Também, a nosso ver, sem perdas no engajamento e na capacidade de mobilizar, discutir e encontrar saídas para os novos desafios.

Nesse primeiro momento, a Rede MG acreditou que divulgar a existência, os endereços e telefones dos serviços emergenciais atenderia as demandas e evitaria que as mulheres ficassem sem referência para os atendimentos. As discussões giravam em torno das adequações necessárias dos serviços de urgência e da permanência da oferta de atendimentos para as mulheres que já estavam sendo acompanhadas nos dispositivos públicos. No entanto, o prolongamento do distanciamento social fez com que a Rede MG também precisasse se ocupar da discussão sobre o reordenamento dos dispositivos públicos, dos protocolos e das articulações necessárias para o atendimento das mulheres. Ocupada da pauta política, a atuação da Rede MG foi fundamental para articular as ações, os saberes e as ideias no período que exigia inovação e disposição para a constituição de novas tecnologias sociais de atendimento e acompanhamento dos casos e das denúncias. A desburocratização, forma relacional própria dos movimentos sociais e dos ativismos

em geral, torna a Rede MG um palco de encontros e diálogos que, de fato, interferem na institucionalização da política de enfrentamento da violência contra as mulheres no Estado.

Um exemplo disso foi a discussão realizada sobre a redução do número de mulheres que buscavam a DEAM durante a pandemia. Como naquele momento não havia informações suficientes e tampouco tempo hábil para avaliar essa situação, foram as reuniões da rede que viabilizaram o entendimento sobre esse fenômeno a partir da narrativa das trabalhadoras e gestoras. Dessa forma, enquanto cada serviço especializado foi internamente estabelecendo fluxos e protocolos de atendimento no período da pandemia, a Rede MG elaborou um *flyer* eletrônico que reuniu esses novos procedimentos e informações e o veiculou pelo *WhatsApp* e outras mídias sociais (Figura 1). O objetivo era que a informação chegasse não só às mulheres, como também aos profissionais das políticas sociais que não tinham proximidade com a temática.



Figura 1: *Flyer* elaborado pela Rede MG com informações sobre os serviços que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, Belo Horizonte - MG, 2020.

Esse *flyer* passou a ser um instrumento importante de mobilização das instituições envolvidas na Rede MG para o enfrentamento da violência contra as mulheres na RMBH. Mobilização que se mostrou de grande relevância para que informações pudessem ser disponibilizadas e acessadas com maior celeridade pelos serviços de atuação territorial - vinculados às políticas de saúde e assistência social - muito acionados nesse período devido à restrição de circulação e ao fechamento de alguns serviços de atendimento especializados.

Vale lembrar que todas as informações disponibilizadas sobre a rede de atendimento - como telefones, horários de atendimento, dentre outros - precisaram ser alteradas na maioria dos serviços. E, como naquele momento, as instituições públicas estavam voltadas para seu reordenamento interno e atendimento das urgências, o protagonismo da Rede MG em realizar um *flyer* eletrônico e divulgá-lo nas mídias sociais foi imprescindível para possibilitar o acesso às informações e garantir que várias mulheres pudessem pedir ajuda.

Outra iniciativa que envolveu a Rede MG consistiu na discussão que contribuiu para a implementação do Boletim de Ocorrências Virtual (BO VIRTUAL) para registro da violência. Essa ação se configura como um avanço na descentralização do acesso das mulheres às Medidas Protetivas de Urgência no âmbito das prerrogativas da Lei Maria da Penha. Junto com a Polícia Civil, a Rede MG discutiu sobre a implementação, os desafios existentes, as formas de acesso e as estratégias de divulgação para a população, além da mobilização da rede ampliada de garantia de direitos. Inclusive, houve uma Plenária Ampliada do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte, em que Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria Pública e Conselho Municipal apresentaram o novo mecanismo de apuração do crime e responderam às dúvidas trazidas pelas pessoas presentes.

Destacamos, ainda, a realização do webinar “14 anos: cumprimento da Lei Maria da Penha e atuação da Rede MG”, realizado em agosto de 2020, que também marcou o aniversário de 14 anos da Lei Maria da Penha (Figura 2). A promoção desse seminário, que ocorre anualmente, sempre no mês de agosto, é uma tradição da Rede MG. Em 2020, foi realizado de forma remota e contou com a explanação de especialistas no tema, representantes do executivo e legislativo estadual, representantes dos movimentos feministas e outras instituições da rede de enfrentamento. As temáticas debatidas no webinar foram: “A Lei Maria da Penha está sendo cumprida: debates sobre competência híbrida e interseccionalidade de gênero, raça e classe” e “Atuações em redes em tempo de pandemia do Covid-19: BO virtual, análise de risco, acolhimento de mulheres e articulação em rede”.



Figura 2: Imagem ilustrativa do flyer elaborado pela Rede MG para divulgação do webinar “14 anos: Cumprimento da Lei Maria da Penha”, realizado em agosto de 2020, pela Rede MG em parceria com governo estadual e outras entidades, Belo Horizonte - MG, 2020.

A organização de uma carreta para divulgar a pauta da violência contra as mulheres no município de Belo Horizonte, no âmbito das atividades do dia 8 de Março, foi mais uma das invenções do grupo durante o período pandêmico (Figura 3). Interessante que, sem contar com apoio financeiro, os custos com adesivos, balões, máscaras personalizadas e bandeiras foram rateados pelas integrantes da Rede MG, por militantes da causa que não participam do grupo e enviaram doações, e, também, a partir de doações do mandato de uma vereadora do município de Belo Horizonte. Uma das pesquisadoras da Fiocruz organizou o recebimento do dinheiro, outras conseguiram mobilizar deputadas estaduais para apoio ao movimento, outras cuidaram da arte e da divulgação, além das voluntárias para as questões burocráticas junto à prefeitura e ao governo do Estado para empréstimo do “Ônibus Lilás”, unidade móvel de atendimento às mulheres do campo, da floresta e das águas, vinculado ao programa “Mulher: Viver sem Violência” (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2018).





Figura 3: Imagens veiculadas pelo *WhatsApp* do grupo da Rede MG que registram a carreta “Pela vida das mulheres”, organizada por meio do mesmo aplicativo, e com a participação do coletivo de mulheres, Belo Horizonte - MG, 2020.

Outra ação importante em relação à atuação da Rede MG foi a articulação, junto à COMSIV, para que fossem tomadas medidas voltadas a reduzir os impactos do aumento da violência contra as mulheres diante dos efeitos trazidos pela pandemia. Essa articulação envolveu a realização de diversas reuniões e resultou em um ofício que sugeria: i) a citação/intimação do agressor ocorresse por meio de oficial de justiça exclusivamente nos casos de afastamento do lar e/ou recondução da ofendida. Nos demais casos, a comunicação sobre o deferimento/agravamento das medidas protetivas de urgência deveria ser realizada eletronicamente, via *WhatsApp* ou e-mail; ii) não houvesse revogação de medidas protetivas durante a pandemia, período em que os atendimentos estão sendo feitos remotamente. A única possibilidade de revogação deveria ser pela vontade manifestada pela própria mulher; e iii) os juízes apreciassem o pedido para o deferimento/agravamento de medidas protetivas de urgência independentemente da existência de boletim de ocorrências. Importante salientar que todas as sugestões foram acatadas e publicadas na Recomendação nº 4/CCJ/2020, da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que considera, em seu texto, o ofício enviado pela Rede MG (MINAS GERAIS, 2020).

A Rede MG se fortaleceu em vários aspectos durante o trabalho na pandemia, sobretudo quando adotou o formato remoto como estratégia para os encontros, pois, se antes as reuniões aconteciam de forma presencial em Belo Horizonte, a modalidade remota permitiu que representantes de outros municípios mineiros pudessem estar

presentes de forma continuada, apresentando tanto demandas específicas desses territórios, quanto aprendendo com a expertise do grupo de trabalhadoras ali presentes. Um feito disso foi a criação de um coletivo das redes de municípios da RMBH. A coordenação desse novo espaço ficou, a princípio, a cargo de uma das participantes da Rede MG, fazendo com que a troca de experiências entre os dois coletivos fosse mantida, além de constituir apoio estratégico para o novo grupo até que o mesmo possa ter maturidade e autonomia para compor suas próprias lideranças.

Quando o feminismo atravessa o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio do trabalho em rede

Como observamos, há consenso entre as participantes da Rede MG quanto a algumas perspectivas feministas que orientam a compreensão dos determinantes da violência contra as mulheres. Por exemplo, a afirmação das mulheres como sujeitos de direitos específicos e invioláveis que devem ser assegurados de forma a garantir a emancipação e o reconhecimento das opressões sexistas existentes; a violência contra as mulheres identificada como grave violação dos direitos humanos, trazendo prejuízos não apenas para a dignidade das mulheres como para toda a sociedade; a constatação da insuficiência da atuação do setor público no enfrentamento da violência, reconhecendo as expressões de saberes, desejos e lutas dos movimentos sociais como aliados fundamentais para essa construção; e a realização de ações integradas e desenvolvidas em rede como alicerce profícuo para o enfrentamento dessa grave violência. Embora a Rede reúna mulheres filiadas e atuantes em partidos políticos, nem todas são do mesmo alinhamento ideológico. Maduro, o grupo não se assusta com as diferenças, mas, a partir delas, consegue produzir consensos em torno dos direitos das mulheres, sobretudo sustentando seus interesses em comum nas premissas apresentadas pela luta feminista.

Ainda que a Rede MG seja formada por instituições e representações diversas - progressistas, conservadoras, com forte vinculação religiosa, com ideologias feministas distintas ou até mesmo sem vínculos notórios com quaisquer aspectos ideológicos - esses quatro pontos, isoladamente ou em conjunto, atuam de forma a convergir as metas/desejos/expectativas do coletivo. Forma-se, nesse sentido, um ecossistema auspicioso tanto para a realização conjunta de atividades, quanto para a sustentabilidade da própria rede.

Faz-se importante mencionar que essas características construídas pela Rede MG se assemelham às diretrizes apontadas na Lei Maria da Penha e na Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as mulheres. Conforme mencionado anteriormente, os dois documentos se destacam como marcos do progresso alcançado no Brasil sobre o fenômeno da violência contra as mulheres. Ao identificarmos o quanto a Rede MG se pauta nessas orientações normativas e legais, podemos perceber como é importante a existência de leis e a institucionalização de orientações técnicas como forma de constituir um enfrentamento orgânico e eficaz. No entanto, como a Rede MG nos mostra, apenas as instituições formais não conseguem alcançar a potência que o trabalho pode conquistar caso não se alie à sociedade civil, através dos conselhos ou movimentos sociais, para constituir um percurso alicerçado nas formas de vida e sofrimentos das populações em situação de risco social.

A existência de uma subjetividade política nas integrantes aparece como um motor de ânimo e criatividade para o coletivo. Se nos momentos de crises, como estamos vivendo agora, a agenda da violência contra as mulheres é colocada em risco pelo próprio Estado, a militância contribui com o grupo através de uma atuação atemporal, nômade e ambientada em utopias e valores que não são pontuais, mas históricos; por esse motivo, inclusive, não se pode destruir. Por outro lado, quando esse fervor militante não consegue sustentar a força das decisões, são as instituições formais e mais padronizadas, como o sistema de justiça e a segurança pública, por exemplo, que garantem a legitimidade do grupo e a continuidade das atividades. Uma balança que a Rede MG parece administrar bem, sobretudo quando privilegia coordenações que sejam representantes da sociedade civil. Se ali as mulheres aprendem a trabalhar no enfrentamento das violências de gênero, também se modificam através de uma pedagogia popular e feminista.

Salientamos que, ao falarmos da situação de violência contra as mulheres na pandemia, tratamos de um fenômeno que se tornou mais agudo, no entanto, já é uma realidade historicamente vivenciada pelas mulheres. Inclusive, conforme apontamentos dos seminários realizados pela Unidad Temática de Género e Municipio de Mercociudades (MERCOCIUDADES, 2020), “a violência doméstica contra as mulheres, por si só, já consiste em uma pandemia”. Nessa perspectiva, temos, portanto, “uma pandemia na pandemia!” (ONU MULHERES, 2020).

O Feminismo Negro e os aspectos relacionados à raça e etnia são ainda um desafio para a Rede MG. Nesse sentido, vale ressaltar a importância no aprofundamento em outros feminismos, em especial o feminismo negro. A construção histórica dos feminismos também é demarcada por uma hegemonia branca, que universaliza as questões vivenciadas e observadas pelas mulheres brancas, contribuindo, assim, para a permanência da exclusão da diversidade de mulheres nas pautas apresentadas (hooks⁶, 2019). Nesse sentido, identificamos a importância de incorporação do feminismo interseccional como perspectiva analítica necessária para que as opressões de gênero, raça e classe sejam identificadas na análise das questões socialmente vivenciadas e na inclusão de estratégias de enfrentamento mais condizentes com a realidade das mulheres pretas, pardas, indígenas, quilombolas, com deficiência, com transtornos mentais, lésbicas, bissexuais, cis e transgêneras, pobres, periféricas, em situação de rua e que vivenciam uso abusivo de álcool e outras drogas. Ressaltamos que o horizonte político de igualdade e garantia de direitos para todas as mulheres não deve sombrear as intersecções que diferenciam as vivências e as possibilidades de acesso demarcadas pelas opressões que as acometem.

O caso de Maria: quando um trabalho se faz intersetorial e em rede

Maria⁷ era negra, possuía menos de vinte e cinco anos e tinha um comprometimento de saúde mental que potencializava a gravidade do caso. Estava com um bebê de seis meses e morava com o companheiro em um bairro da periferia de Belo Horizonte. Encontrava-se, aparentemente há um mês, em situação de cárcere privado e as portas da casa trancadas com cadeado. O agressor, seu companheiro, entrava e saía pulando uma das janelas, o que não era possível para Maria já que não conseguia pular junto com o bebê e tampouco queria deixá-lo sozinho.

No seu histórico de violência, havia, além do próprio cárcere, violência física, psicológica e maus tratos. Uma vizinha, que já sabia da situação, ouviu um dia os gritos de Maria e solicitou ajuda do centro de saúde do bairro. O centro de saúde, por sua vez, acionou o serviço de atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência

⁶ **bell hooks** é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, inspirado nos nomes de sua mãe e avó. A escritora norte-americana propositalmente opta em grafar seu nome e sobrenome em minúsculo, para dar enfoque à força de sua escrita e não à sua pessoa.

⁷ Nome fictício

doméstica e familiar do CEAM Benvinda para que o acolhimento fosse feito e as medidas necessárias e específicas fossem empregadas.

Num primeiro momento, foi pensando o acionamento da Cia PVD/PMMG, que consegue abordar no território o agressor e a mulher em situação de violência. Com isso, visa criar uma situação de vigilância para o agressor e proteção para a mulher, além de registrar o boletim de ocorrência. A responsabilização do agressor e a proteção da mulher, por meio das Medidas Protetivas de Urgência, estão contempladas na ação da Cia PVD/PMMG. No entanto, duas questões envolviam essa decisão: naquele momento não era possível saber se a presença da polícia poderia agravar a convivência do grupo com a comunidade, já que algumas vezes, junto com a violência doméstica, também é possível encontrar vinculações com a violência comunitária relacionada ao tráfico de drogas. A outra questão era se Maria, de fato, aceitaria a presença da polícia militar e os desdobramentos dessa visita, pois ali se iniciaria uma judicialização do caso e isso poderia fragilizá-la ainda mais diante das características agressivas do seu companheiro. Nesse sentido, a entrada da polícia, em alguns casos, pode agravar a situação da violência sem que a resposta protetiva seja feita a contento. Sendo assim, era necessário pensar também alternativas para responder a demanda do caso.

Era início da pandemia, momento de reorganização dos órgãos públicos, e apenas os serviços de saúde estavam funcionando presencialmente na cidade. Os equipamentos da política de Assistência Social - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como o CEAM Benvinda, estavam oferecendo atendimento remoto. O primeiro acolhimento de Maria, portanto, foi um desafio arquitetado pelas equipes num contexto em que as metodologias ainda estavam em construção diante das novas condições de trabalho colocadas pela pandemia. No entanto, essa costuma ser uma realidade para as políticas sociais: a surpresa e a gravidade dos casos questionam, com alguma frequência, os recursos institucionais e os planejamentos técnicos, fazendo com que haja uma lacuna importante e preocupante entre a necessidade de constante aprimoramento dos serviços e a demanda, muitas vezes urgente, das mulheres em situação de violência e seus filhos.

Por meio do planejamento de uma atuação intersetorial e em rede, optou-se por uma primeira visita da agente comunitária de saúde (ACS) que já conhecia a família. Nesse encontro, Maria conseguiu falar sobre a situação de violência e sua disposição em rompê-la. No entanto, já apresentava resistências para ser abrigada e gostaria de encontrar

sua mãe. No passo seguinte, a equipe que acompanhava o caso, composta por técnicas do CEAM Benvinda, CREAS e do Centro de Saúde, decidiram por convidar o casal para ir até o posto médico. Essa decisão levou em conta alguns motivos: poderiam, ao propor acolhimento para os dois, disfarçar o interesse na violência doméstica; o serviço de saúde estava no território (o que facilitava o acesso) e já tinha vínculo com o companheiro de Maria em função de alguns tratamentos que ele fazia (vale ressaltar que ele tinha um comprometimento de saúde mental); e havia também a criança como um bom motivo para os pais comparecerem e saberem da sua saúde. O atendimento foi agendado através de uma nova visita da ACS, mas agora com a presença do gerente da unidade de saúde. Foi organizado, a princípio, com os dois para, em seguida, atendê-los individualmente. Técnicas do CREAS acolheram Maria, que pôde descrever com mais detalhes a violência sofrida e refletir sobre os encaminhamentos possíveis junto com as equipes. Permanecia a vontade de ser abrigada por pouco tempo para, em seguida, ir ao encontro da sua família de origem.

Após os atendimentos, Maria foi para o acolhimento institucional e desligada prematuramente, sem que fossem realizadas as intervenções necessárias para uma saída mais protetiva. Retornou para a casa da sua mãe, mas optou, posteriormente, em retornar para o convívio com o companheiro. Devido à restrição de acesso aos serviços especializados na pandemia, atrelado ao fato dela já ser atendida pelos serviços que atuam em seu território, optou-se pela permanência do atendimento no CREAS e no centro de saúde, tendo suporte técnico do CEAM Benvinda.

Durante as primeiras iniciativas, mantiveram-se atuantes nesse caso e em diálogo constante para planejamento das ações as equipes do CRAS, do CREAS, do centro de saúde localizado no território, do CEAM Benvinda, da Promotoria Especializada, da Cia PVD/ PMMG e da instituição de acolhimento institucional. Esse caso, assim como tantos outros, demonstra a complexidade dos atendimentos e como se faz necessário transpor a pauta política para a prática das equipes que estão na ponta realizando os atendimentos. Demonstra, também, a necessidade do trabalho em rede diante das incompletudes institucionais, da singularidade dos casos e dos eventos particulares que questionam e desafiam o enfrentamento da violência. Sabemos que a pandemia foi uma delas, mas a prática mostra que, eventualmente, essa agenda é atropelada ou silenciada por vários motivos.

Atender as violências e, inclusive, as violências baseadas no gênero, nunca foi um campo de atuação marcado por certezas e seguranças, sejam elas técnicas, políticas ou estruturais. Atender a violência contra as mulheres no contexto de uma pandemia, partindo de inúmeros desafios pré-existentes, tem exigido esforço, criatividade e apoio político-institucional de várias ordens. Algumas perguntas eram repetidas nas reuniões da Rede MG durante os primeiros meses da pandemia e evidenciaram preocupação, por parte das trabalhadoras e gestoras, com as formas que deveriam tomar o trabalho e o atendimento das mulheres. Algumas delas: “Por que as mulheres não estão denunciando a violência como antes da pandemia?”; “De que maneira as mulheres vão sair de casa para pedir ajuda já que moram, muitas vezes, com o seu agressor e ambos estão em isolamento?”; “De que forma ela vai denunciar a violência e continuar vivendo com esse companheiro, sobretudo quando ele for notificado da Medida Protetiva?”; “Como se dará o distanciamento exigido pela Medida Protetiva de afastamento se ambos residirem juntos?”; Como as mulheres irão acessar os serviços se não possuem internet para participar do atendimento online?”; “Como as mulheres irão registrar o boletim de ocorrências virtual se não possuem internet ou mesmo apoio para ler/compreender o aplicativo?”; “Sem recursos financeiros e muitas vezes vigiadas pelo seu agressor, como elas irão chegar até os serviços que permaneceram abertos?”

Esse relato apresenta as duas dimensões em que pode se subdividir o trabalho no contexto da violência contra as mulheres. Pasinato (2015) aponta os tipos de atuações que marcam ambas as dimensões: se no âmbito do enfrentamento teremos a rede e sua capacidade de articular, projetar, estimular, formular, programar e implementar, como faz a Rede MG; no âmbito do atendimento, as profissionais e instituições executam, implantam, encaminham, aplicam e atendem.

O encontro entre essas duas dimensões, a articulação da rede de enfrentamento com a rede de atendimento, ainda é um desafio. Essa articulação constitui um campo de ação cuja interlocução favoreça que as ações políticas protagonizadas pela rede de enfrentamento, como a Rede MG, por exemplo, possa ter efeitos no atendimento especializado, junto aos trabalhadores e, conseqüentemente, na institucionalização das práticas construídas na rede de atendimento. O caso acima não só ilustra a necessidade dessa interlocução, como exemplifica a complexidade do atendimento às mulheres na pandemia e na restrição imposta aos serviços em função do distanciamento social e

mudanças de metodologias de trabalho. Também chama a atenção o esforço exigido das profissionais diante da complexidade da violência e das mudanças nas rotinas de trabalho.

Assim como as perguntas sobre como os casos mudariam com os efeitos da pandemia, a Rede MG também problematizou alguns desafios que dizem respeito à complexidade do trabalho em rede para instituições e trabalhadores envolvidos: o atendimento humanizado nos serviços especializados, sobretudo aqueles oriundos da segurança pública; o investimento em recursos financeiros, humanos e no desenvolvimento sistemático de educação continuada nos serviços da rede especializada; a discussão sobre a importância da competência híbrida dos juizados no que tange os casos de violência contra as mulheres; a atualização das metodologias de abrigo para a proteção das mulheres e seus familiares; a construção integrada e qualificada da responsabilização dos autores da violência, envolvendo aspectos educativos e de mudança de padrões de comportamento, de forma a evitar a lógica criminal para qualquer caso; a proposição de estratégias eficazes para autonomia financeira das mulheres e sua educação emancipadora, evitando, assim, a judicialização da violência como única saída para o enfrentamento deste fenômeno.

O caso de Maria, lido a partir das questões trazidas pela Rede MG, aponta algumas estratégias cruciais que consideramos interessantes para as redes problematizarem: a importância dos equipamentos presentes no território que, a partir da construção do vínculo e do cuidado, conseguem abordar as pessoas e a situação de violência de forma menos invasiva e com menos prejuízos no que tange à proteção às mulheres em situação de violência; e a importância das políticas de Saúde e Assistência Social, não só por estarem localizadas no território mas, também, por pautarem seu trabalho em uma atuação orgânica e estratégica junto às famílias e aos indivíduos. Importante também apontar a presença estratégica do setor saúde nesse caso.

Importante ainda apontar que, embora tenha ocorrido uma atuação estratégica do setor saúde nesse caso, esse setor atualmente não faz parte do espaço de interlocução da Rede MG. Isso nos diz dos processos de construção das redes, marcados por inúmeros avanços, mas, também, pelo constante desafio da mobilização e participação dos diversos setores, tanto no atendimento especializado, quanto nos processos de construção da pauta política deflagrados pelos casos acompanhados.

Conclusão

A Lei Maria da Penha, as normativas técnicas e as políticas públicas instituídas nos últimos anos construíram um solo fértil para o fomento e consolidação de trabalhos robustos no enfrentamento da violência contra as mulheres no país. No entanto, a construção de estratégias de manutenção da luta pelo fim dessa violência exige mais do que aparatos legais e técnicos. O trabalho da Rede MG, apresentado nesse relato, é um profícuo exemplo disso, pois consegue alinhar as práticas institucionais com a vitalidade trazida dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Em momentos obscuros e desafiadores como o que estamos vivendo, com orçamentos financeiros diminuídos e enfraquecimento das políticas públicas de proteção aos grupos vulneráveis e historicamente discriminados, coletivos que atuam dessa forma conseguem contribuir para que a temática esteja nas agendas políticas e nos serviços especializados. Nesse sentido, observamos que a prática intersetorial e a coletivização de vozes de várias naturezas, ideais e estratégias dinamizam e estimulam o ecossistema favorável à garantia de direitos das mulheres.

O caso de Maria expõe uma realidade vivenciada por milhares de mulheres, materializando o desafio posto de diminuição das lacunas existentes entre a reverberação da pauta política e a realização da proteção das várias Marias que estão na rota da violência. A transposição do impacto gerado pelas bandeiras políticas erguidas em prol da atuação em rede no atendimento especializado das mulheres em situação de violência se mostra como um caminho necessário de ser percorrido para o alcance emancipatório do direito à vida das mulheres.

Referências

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. 2005. [online]. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 14 de julho de 2021.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 14 de julho de 2021.

BRASIL. Pacto Nacional pelo Enfrentamento da violência contra as mulheres. 2011a. [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a->

violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres.
Acesso em: 14 de julho de 2021.

BRASIL. Política nacional de Enfrentamento da violência contra as mulheres. 2011b. [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

BRASIL. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. 2011c. [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. Relatório: *o poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres*. [online]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/contendo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Subsecretaria de Políticas para Mulheres – SPM-MG/Sedpac. *Plano Decenal de Políticas para Mulheres*. BORGES, Larissa Amorim; SALEJ, Ana Paula; DIAS, Eliane (Org.). Belo Horizonte: 2018.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. (Org.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: Agende, 2006.

MERCOCIUDADES. Seminario Web: Violencia de Género en Contexto de Pandemia, 2020, Montevideo: Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e Aliança Euro-latinoamericana de Cooperação entre Cidades (AL-LAs). Tema: Mercociudades-Gênero y Municipio.

MINAS GERAIS. Corregedoria-Geral de Justiça. Recomendação nº 4, de 26 de junho de 2020, Recomenda a adoção de medidas visando reduzir os impactos da violência doméstica e familiar para mulheres no contexto da pandemia causada pela COVID-19. [online]. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/crm00042020.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

ONU Mulheres. Violência contra mulheres e meninas é uma pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. [online]. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/> Acesso em: 29 jun. 2021.

PASINATO, Wânia. *Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.



PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, 533-545, 2015.